

CRISE E PORTA DE SAÍDA EXPORTADORA

Gilmar Mendes Lourenço

Em 18 de outubro de 2017, tive a oportunidade de proferir palestra na FAE Business School, a convite da coordenação do curso de pós-graduação em Negócios Internacionais, comandado pela professora doutora Andrea Levek, centrada na tentativa de avaliar as chances de o comércio exterior vir a representar um elemento de superação da conjuntura de estagnação, vivida pela economia brasileira, depois do escape da profunda recessão, à qual ficou presa por aproximadamente três anos.

De fato, é forçoso reconhecer que os sinais de recuperação dos negócios no País, precisamente a partir do segundo trimestre do corrente ano, brotaram em fins de 2015, com a impulsão das vendas realizadas para os agentes econômicos residentes no resto do mundo, fruto da reação generalizada da economia global, depois da superação do default provocado pelo mercado hipotecário de segunda linha dos Estados Unidos (EUA), em 2008 e 2009.

De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o produto interno bruto (PIB) do planeta vem registrando variação superior a 3,0% ao ano desde 2013, puxado pela moderada, porém contínua, reação dos mercados avançados (Estados Unidos, Europa e Japão) e a desaceleração não acentuada do crescimento dos emergentes, especialmente a China.

O patinho feio da reativação global é representado pelo Brasil que, em consequência de incursões macroeconômicas intervencionistas e populistas, empenhadas em imputar a culpa das mazelas domésticas a eventos exógenos, encenou o espetáculo da maior depressão de sua história, a partir do princípio de 2014, abdicando dos benefícios proporcionados pelo circuito ascendente no ambiente mundial.

No entanto, desta feita, a crise não traz a assinatura de “seres de olhos azuis”, como sublinhava o ex-presidente Lula, em fins de 2008, aspecto expresso na forte compressão do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, que caiu de –US\$ 104,2 bilhões, em 2014, ou 4,2% do PIB, para –US\$ 13,5 4bilhões, em doze meses encerrados em agosto de 2017, ou 0,7% do PIB.

Essa diminuição da vulnerabilidade externa da nação foi viabilizada a partir de 2015, por meio da mistura entre o choque inflacionário promovido pelo então ministro da fazenda, Joaquim Levy, centrado no regresso do realismo tarifário e cambial, e a pronunciada retração dos níveis de atividade, forçando as corporações a buscarem compensar parte das perdas, derivadas do encolhimento da absorção interna (investimento e consumo, público e privado), com maior penetração na fronteira internacional.

Por essa ordem de resgate de dinamismo, a via de mão dupla das relações internacionais ensejou acréscimos de 14,1%, 4,6%, 42,0% e 10%, das exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio do país, respectivamente, em doze meses findos em setembro de 2017. Tal fenômeno reproduz o encaixe na curva virtuosa global e a ainda frágil retomada da expansão endógena que, inclusive, induziu a inversão da marcha ladeira abaixo das importações.

No entanto, parece prematura a feitura de prognósticos mais otimistas acerca da perpetuação do desempenho positivo do setor externo brasileiro e, mais ainda, do diagnóstico deste poder constituir a arma secreta para a fuga da recessão. Isso porque, a performance favorável está ligada essencialmente à emergência de fatores transitórios, que podem desaparecer de forma tão rápida e surpreendente como surgiram, especialmente se forem consideradas as nada desprezíveis barreiras *made in Brazil*.

Pelo ângulo das exportações, é fácil perceber a natureza pouco diversificada da pauta de produtos e de pontos de destino. Quase dois terços do valor das vendas internacionais do País correspondem a itens básicos e semielaborados, com menor capacidade de agregação de valor, vis a vis os manufaturados, com preponderância dos complexos especializados em proteína vegetal (soja) e animal (carnes) e dos ramos ligados à mineração. (tabela 1).

*Parece prematura a
feitura de prognósticos
mais otimistas acerca da
perpetuação do desempenho
positivo do setor externo
brasileiro.*

TABELA 1 - BRASIL – EXPORTAÇÕES POR CATEGORIAS DE FATOR AGREGADO E PRINCIPAIS PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO/2016-2017 – EM %

CATEGORIAS/PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO %	
	2016	2017
BÁSICOS	44,5	47,6
Soja em grão	13,3	14,0
Minério de ferro	6,6	8,6
Petróleo em bruto	5,1	8,1
Carne de frango	3,3	3,0
Farelo de soja	3,0	2,4
Café em grão	2,3	2,0
SEMIMANUFATURADOS	14,8	14,2
Açúcar em bruto	4,2	4,2
Celulose	2,9	2,8
Semimanufaturados de ferro e aço	1,4	1,8
MANUFATURADOS	38,4	36,0
Automóveis de passageiros	2,3	3,0
Aviões	2,2	1,6
Veículos de carga	1,1	1,3
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: SECEX/MDIC

Mais de um terço do valor contratado é endereçado à Ásia, 19% à União Europeia, 16% à América do Sul e 15% à América do Norte, tendo como principais pontos de compra a China (24,3%), Estados Unidos (12,1%), Argentina (7,8%) e Holanda (4,8%), este último em decorrência do funcionamento do porto de Roterdã, o mais movimentado do mundo até 2004, quando foi suplantado pelos asiáticos de Xangai e Cingapura (tabela 2).

TABELA 2 - BRASIL – EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS E PAÍSES DE DESTINO – JANEIRO-SETEMBRO/2016-2017 – EM %

DESTINOS	PARTICIPAÇÃO %	
	2016	2017
ÁSIA	34,2	37,3
China	21,5	24,3 (1º)
Japão	2,5	2,3
Coréia do Sul	1,7	1,4
EUROPA	21,8	18,7
União Europeia	18,2	15,7(2º)
AMÉRICA DO SUL	15,8	15,8
Mercosul	10,3	10,3
Argentina	7,1	7,8 (4º)
AMÉRICA DO NORTE	15,5	15,4
Estados Unidos	12,2	12,1 (3º)
México	2,0	2,1
ORIENTE MÉDIO	5,4	5,3
ÁFRICA	4,1	4,3
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: SECEX/MDIC

No tocante às importações, também há apreciável concentração de pauta e origem dos produtos. Dois terços do montante comprado equivalem a bens intermediários, com destaque para insumos industriais elaborados (37,6%) e peças e acessórios para máquinas e equipamentos (12,2%), reflexo da agudização do processo de desindustrialização brasileiro, produzido nas últimas três décadas. (tabela 3).

TABELA 3 - BRASIL – IMPORTAÇÕES POR CATEGORIAS ECONÔMICAS E PRINCIPAIS PRODUTOS – JANEIRO-SETEMBRO/2016-2017 – EM %

CATEGORIAS/PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO %	
	2016	2017
BENS DE CAPITAL	13,9	10,5
BENS INTERMEDIÁRIOS	61,3	63,0
Insumos industriais elaborados	35,1	37,6
Peças e acessórios para bens de capital	11,4	12,2
Peças para equipamentos de transporte	10,1	8,7
BENS DE CONSUMO	15,5	15,1
Duráveis	3,1	3,1
Semiduráveis	2,9	3,0
Não duráveis	5,5	5,2
Alimentos e bebidas	4,0	3,8
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	9,1	11,3
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: SECEX/MDIC

Mais precisamente, o peso do segmento de transformação fabril na formação do PIB nacional despencou de 33,7%, em 1980, para 11,7%, em 2016, segundo inferências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um terço do valor total comprado fora das fronteiras provém da Ásia, 21,0% da União Europeia, 21% da América do Norte e 13,0% da América do Sul. (tabela 4).

TABELA 4 - BRASIL – IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS E PAÍSES DE DESTINO – JANEIRO-SETEMBRO/2016-2017 – EM %

DESTINOS	PARTICIPAÇÃO %	
	2016	2017
ÁSIA	31,3	32,6
China	17,0	18,3 (2º)
Japão	2,6	2,5
Coréia do Sul	4,2	3,6
EUROPA	26,9	25,6
União Europeia	23,1	21,3 (1º)
AMÉRICA DO NORTE	21,0	20,6
Estados Unidos	17,2	16,8 (3º)
México	2,5	2,7
AMÉRICA DO SUL	13,4	13,4
Mercosul	8,7	8,3 (4º)
Argentina	6,4	6,3
ORIENTE MÉDIO	2,6	2,5
ÁFRICA	3,6	3,8
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: SECEX/MDIC

O alargamento da abrangência do comércio externo brasileiro depende da intensificação da integração competitiva de empresas e ramos produtivos, operantes no território nacional, nos segmentos nobres das cadeias globais de valor.

Sem contar que considerando que o Brasil responde por 3,3% do PIB mundial, sua participação nas trocas globais é, na melhor das hipóteses, desprezível. O País contribui com 1,1% e 0,7% das exportações totais e de manufaturados, respectivamente, do planeta, revelando praticamente a mesma expressão experimentada há mais de trinta anos. Enquanto o coeficiente de exportação (exportações/PIB) do mundo é de 30%, no Brasil situa-se pouco acima de 10%.

Nessas circunstâncias, o desejado alargamento da abrangência quantitativa e qualitativa do comércio externo brasileiro depende da intensificação da integração competitiva de empresas e ramos produtivos, operantes no território nacional, nos segmentos nobres das cadeias globais de valor. Para tanto, as entidades públicas e privadas envolvidas direta e indiretamente com o problema deverão desenvolver, de modo articulado, esforços na direção da construção de um programa de maior inserção externa e exposição à concorrência, ancorado na busca de enfrentamento e derrubada de um conjunto de obstáculos.

A primeira empreitada engloba o desmanche das amarras macroeconômicas, expressas na dobradinha formada por juros elevados e câmbio apreciado que, em não poucos períodos, tem resultado em brutal compressão de poder competitivo das exportações e, no limite, o desmonte de redes de comercialização, como ocorrido no intervalo 1994-1998, notabilizado pelo emprego da âncora cambial do plano real, que debelou a hiperinflação e restituiu as noções de unidade de conta e reserva de valor da moeda. Há também a insuficiência e o alto preço do crédito, limitado quase que exclusivamente às operações de adiantamento de contrato de câmbio.

No mesmo sentido, surgem as limitações de caráter tributário, caracterizadas pelo excesso de impostos em cascata e as perenes dificuldades de ressarcimento dos créditos acumulados com a cobrança do PIS e da COFINS.

A terceira restrição abarca os aspectos logísticos, sintetizados no custo Brasil, evidenciado pelo eminente risco de apagão infraestrutural, por conta da deterioração e inadequação da malha de transportes, dominada pelo modal rodoviário, das substanciais despesas (encargos, taxas e tarifas) portuárias e aeroportuárias e da perda de tempo imposta pela burocracia alfandegária e aduaneira.

O quarto entrave abrange o deficiente aparato institucional e legal, composto pelo excessivo número de documentos exigidos, apoiados em complexas e conflituosas leis, além da sujeição a bruscas e frequentes alterações de regras, penalizando a celebração de acordos comerciais.

O quinto eixo de dificuldades enfeixa a política comercial, ou a falta dela. Na última década e meia, as autoridades brasileiras preferiram estreitar laços comerciais à margem da globalização, priorizando interesses ideológicos em detrimento de ações pragmáticas de procura de feitura de transações com blocos e países mais encorpados e detentores de demanda diversificada.

O sexto bloco de atrapalho diz respeito ao acesso aos mercados externos, prejudicado pelo diminuto empenho na celebração de acordos e alianças comerciais e na redução, eliminação e adequação às barreiras erguidas pelos centros compradores, especialmente as tarifárias e não tarifárias, sanitárias e fitossanitárias, sociais, além dos empecilhos burocráticos, do estabelecimento de cotas e de práticas de dumping.

Por fim, o sétimo fator de desconforto diz respeito ao não encaixe nos ditames mercadológicos contemporâneos, marcado pela insuficiência de oferta de produtos a preços competitivos, escassez de prospecção de mercados potenciais, diminuta abrangência de estudos e pesquisas de inteligência comercial e falta de estratégias e táticas de internacionalização e de uma cultura exportadora.